

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 2015/2016

Os integrantes do Conselho Fiscal da Associação Catarinense do Ministério Público, em observância ao disposto no art. 38, letra 'd', do Estatuto da Associação Catarinense do Ministério Público¹, apresentam à Assembléia Geral o Parecer Anual sobre as contas examinadas, nos seguintes termos:

O Conselho Fiscal, em cumprimento ao estatuído na letra 'a' do mencionado dispositivo estatutário, reuniu-se em 4 (quatro) oportunidades no decorrer do ano de 2016, procedendo à análise dos balancetes referentes aos meses de **novembro** e **dezembro de 2015**, e de **janeiro** a **outubro de 2016**, na seguinte ordem de relatoria:

Mês	Conselheiro Relator
Novembro/15	Marcelo de Tarso Zanellato
Dezembro/15	Fabrício José Cavalcanti
Janeiro/16	Helen Cristyne Corrêa Sanches
Fevereiro/16	Havah E. P. de Araújo Mainhardt
Março/16	Abel Antunes de Mello
Abril/16	Marcelo de Tarso Zanellato
Maio/16	Fabrício José Cavalcanti
Junho/16	Helen Cristyne Corrêa Sanches
Julho/16	Havah E. P. de Araújo Mainhardt
Agosto/16	Abel Antunes de Mello
Setembro/16	Marcelo de Tarso Zanellato
Outubro/16	Fabrício José Cavalcanti

¹ Art. 38. Aos membros do Conselho Fiscal incumbe:

d) apresentar, anualmente, à Assembléia Geral, irregularidades porventura apuradas, mediante lavratura do termo próprio, sugerindo as medidas que julguem necessárias;



A despeito de cada um dos Conselheiros ter ficado incumbido de analisar o balancete de um mês respectivo, as deliberações sobre as aprovações, ajustes ou eventuais recomendações foram realizadas pelo colegiado que compõe o Conselho Fiscal.

As fontes de recursos da Associação Catarinense do Ministério Público são distribuídas em 2 (dois) balancetes mensais distintos, tomando por base a origem das receitas auferidas, sendo uma relativa aos valores oriundos da Escola de Preparação e Aperfeiçoamento do Ministério Público e a outra relativa às mensalidades pagas pelos associados, aos recursos arrecadados com a utilização de suas sedes (Balneária e Campestre) e de convênios firmados com empresas diversas, todas canalizadas para o que se passou a designar de Conta Geral.

Na apreciação dos balancetes das contas apresentadas pela Diretoria da ACMP, o Conselho Fiscal não constatou qualquer inadequação, optando, apenas, por realizar algumas solicitações e recomendações, todas registradas nas respectivas atas das reuniões, conforme resumo que seque:

1) Ata n. 1, datada de 18 de abril de 2016:

Após alguns esclarecimentos prestados pela gerente financeira da ACMP, servidora Andreia Foppa, foram aprovadas as contas relativas ao mês de <u>novembro/2014</u>, <u>dezembro 2014 e</u> janeiro/2015.

A propósito das despesas realizadas com eventos patrocinados pela Associação, após algumas ponderações a respeito da atual crise econômica e visando maior controle de gastos, os conselheiros, por unanimidade, aprovaram recomendar à Diretoria da ACMP, considerar a possibilidade de definir um orçamento prévio, por evento, para fins de eventualmente limitar os gastos de acordo com a disponibilidade de recursos e projeções financeiras futuras.

Ao final da reunião, compareceu o Presidente da ACMP e noticiou que, devido à necessidade de cortar gastos financeiros, a sede da Escola do Ministério Público seria transferida para as dependências da sede administrativa da ACMP, no edifício Casa do Barão, e que, para a mudança, que ocorreria em meados de 2016, as salas passariam por reformas e por adaptações.

2) Ata n. 2, datada de 12 de agosto de 2016:

Posteriormente a pontos elucidados pela gerente financeira da ACMP sobre os quais foi questionada pelos conselheiros, foram aprovadas as contas relativas ao mês de <u>fevereiro</u>, março, abril/2016.



Também foram aprovadas as contas de <u>maio/2016</u> relacionadas à Escola de Preparação e Aperfeiçoamento do Ministério Público. A análise definitiva e apreciação das contas referentes à Conta Geral desse mês foi postergada para a reunião seguinte, após a gerente financeira da ACMP e o contador prestarem informações a respeito de solicitações efetuadas pelo Conselheiro Fabrício Cavalcanti naquela oportunidade.

3) Ata n. 3, datada de 30 de setembro de 2016:

Antes da apreciação das contas, a funcionária Teresinha Bresciani prestou esclarecimentos a respeito do controle referente a descontos em folha de pagamento de convênios de associados, sendo solicitado que quando fosse autorizado o parcelamento de descontos em folha, que essa informação constasse no balancete financeiro, para permitir melhor identificação desses lançamentos.

Após a gerente financeira da ACMP esclarecer os questionamentos que foram solicitados pelo conselheiro Fabrício na reunião anterior, foram aprovadas as contas da conta geral de <u>maio/2016</u>, inclusive pelo conselheiro Fabrício, o qual, contatado por telefone durante a reunião, confirmou ter recebido previamente as informações que solicitara.

Posteriormente foram aprovadas as contas dos meses de <u>junho e julho/2016</u>, depois de a gerente financeira da ACMP ter esclarecido algumas dúvidas que lhe foram dirigidas pelos conselheiros.

4) Ata n. 4, datada de 16 de novembro de 2016:

Após debates pontuais, as contas do mês de <u>agosto de 2016</u> foram aprovadas por unanimidade, sendo que o conselheiro Fabrício José Cavalcanti pediu que constasse sua declaração de voto.

Posteriormente à elucidação de esclarecimentos solicitados, as contas do mês de setembro de 2016 foram aprovadas por unanimidade.

No que tange às contas de <u>outubro de 2016</u>, foram aprovadas por unanimidade as referentes à Escola de Preparação e Aperfeiçoamento do Ministério Público, e, por maioria, as relacionadas à Conta Geral, tendo sido vencido o Conselheiro Fabrício Cavalcanti.

Os detalhes consignados na referida ata podem ser visualizados na cópia inclusa, que fica fazendo parte integrante do presente parecer.

3///

Av. Othon Gama D'eça, 900 - Torre "A" - Sala 106 - Centro Executivo Casa do Barão - Floriapopolis/SC - CEP 39015-24 Fones/Fax. (48) 3224-4368/3224-4600 - http://www.acmp.org.br - acmp@cmp.org.br



Diante de todo o exposto, entende o Conselho Fiscal, por unanimidade, como regulares as contas apresentadas referentes ao <u>período de novembro de 2015 até setembro de 2016</u>, e, por maioria, as referentes a <u>outubro de 2016</u>, recomendando a **APROVAÇÃO**.

Florianópolis, 16 de novembro de 2016.

Marcelo T. Zanellato

Havah E. P. A. Mainhardt

Conselheiro - Presidente

Conselheira - Secretária

Abel Antunes de Mello

Helen C. C. Sanches

Fabrício J. Cavalcanti

Çonselheiro

Conselheira

Conselheiro